

Transições na juventude **Percursos e discontinuidades**

Maria das Dores Guerreiro, Pedro Abrantes e Inês Pereira

Nas sociedades avançadas, a juventude constitui uma fase da vida marcada, socialmente, por condições estruturais particulares e formas culturais com um certo grau de especificidade. As mudanças profundas que estão a ocorrer nestas sociedades, tanto nas esferas económica e política como no espaço das relações familiares, interferem inevitavelmente nos modos como as jovens gerações vivem os seus quotidianos, protagonizam a transição para a vida adulta e equacionam o futuro. O estudo das condições e estilos de vida, das posições e disposições, dos espaços e tempos, dos trajectos e projectos, dos valores e práticas sociais que caracterizam a juventude tem, pois, constituído uma área de interessantes investigações e debates na sociologia portuguesa, correspondendo a um múltiplo propósito de analisar fenómenos relevantes da sociedade de hoje, mas também de perscrutar tendências para a sociedade de amanhã e propor políticas que as consubstanciem. As pesquisas sobre os jovens permitem, na verdade, perspectivar as mudanças sociais que se prefiguram e uma melhor compreensão das características do mundo contemporâneo. Os comportamentos e atitudes das gerações mais jovens constituem um barómetro susceptível de antecipar o que podem ser as configurações sociais futuras.

O presente capítulo ensaia uma reflexão acerca do modo como a juventude é vivida no Portugal contemporâneo, com base em vários estudos nacionais e europeus em que esta equipa tem participado,¹ e dando conta também dos principais resultados de algumas outras pesquisas sociológicas que têm vindo a desenvolver-se, neste domínio, no nosso país.

1 Orientações dos jovens portugueses sobre o emprego e a família; Gender, parenthood and the changing European workplace: young adults negotiating the work-family boundary (Transitions), 2003-2005; Os jovens e o mercado de trabalho: caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas, 2004-2005; Trajectórias escolares e profissionais de jovens com baixas qualificações, 2007.

A juventude: de categoria social a ideologia

Se é inequívoca a presença da “juventude” nas problemáticas associadas à caracterização e estudo das sociedades avançadas, impregnando os sentidos que se conferem a inúmeras acções individuais e a múltiplos fenómenos sociais, não deixa de ser contestada a sua conversão imediatista em categoria sociológica, devendo-se reconhecer os seus contornos muito voláteis e as suas fragilidades analíticas. O estatuto, o significado e o valor heurístico do conceito, no âmbito da sociologia, não são, pois, consensuais e têm animado acesos debates.

Note-se que a juventude, enquanto categoria social, está notavelmente ausente das sociedades tradicionais. Em termos socio-históricos, é possível identificar a emergência desse novo estatuto social no século XX, em particular no contexto das cidades modernas no espaço criado pelo prolongamento dos percursos de escolaridade para aquisição de competências qualificacionais formais e consequente adiamento do processo de entrada no mercado de trabalho, permanecendo os indivíduos, durante períodos cada vez mais alargados, afastados da esfera produtiva, na dependência económica das famílias ou do estado,² mas desenvolvendo, simultaneamente, autonomias muito significativas em termos de redes de sociabilidade, identidades culturais, estilos e projectos de vida. Este espaço foi-se tornando gradualmente um campo florescente de novas formas de expressão cultural urbana, nem sempre socialmente integradas e, por isso, em tensão frequente, por vezes também violenta, com os poderes dominantes. Sendo gerador de novas dinâmicas e movimentos, de inúmeras liberdades e realizações, é também atravessado por ansiedades, repressões e exclusões.

Particularmente em contextos de profunda transformação social, a partilha deste estatuto comum e de experiências de socialização específicas dá origem a singularidades ao nível da consciência histórica, das competências e dos projectos (Pais, 1999a), reforçadas por (e reforçando) processos de afinidade e identificação. Um exemplo paradigmático é a relação particular com a tecnologia, surgindo hoje a televisão, a internet ou os telemóveis profundamente imbricados nas práticas quotidianas juvenis, transformando os campos de possibilidades, as redes de sociabilidade, os estilos de vida, as formas de comunicação ou os mecanismos de construção identitária, ao permitir um significativo distanciamento face aos contextos de co-presença, e o envolvimento em relações e mesmo em comunidades globais (Cardoso e outros, 2005). Uma relação diferente com a sexualidade e o corpo pode ser outro desses fenómenos emergentes, o qual

2 Como acontece em diversos países europeus, onde os jovens podem beneficiar de diversas formas de apoio estatal, designadamente bolsas ou empréstimos de longo prazo, para aquisição de qualificações escolares e obtenção de condições de autonomia individual.

começou já a granjear a atenção de alguns investigadores do campo (Cabral e Pais, 2003; Ferreira, 2007).

Nos anos 60 e 70, alimentada por diversas utopias emancipatórias mas também pânticos morais, difundiu-se — na sociologia bem como na sociedade — a visão da juventude como grupo ou mesmo movimento social, com forte solidariedade interna e significativo potencial disruptivo, em termos culturais e políticos (Bebiano, 2002). A existência de uma geração com novos valores e estilos de vida, estilos de sociabilidade, formas de intervenção política e alguma consciência de si, que não apenas se afastavam da cultura dominante mas se lhe opunham frequentemente, criando os contornos de uma contracultura, era foco de atenção e debates entre sociólogos a nível mundial.³ Novas práticas libertárias e experimentalistas, projectos de vida não lineares, críticas às sociedades industriais, novas disposições estéticas com destaque para o campo da música, uma nova ocupação dos espaços e dos tempos (como a noite), o recurso a novas drogas, entre outros elementos, compunham um universo cultural que se pensava relativamente homogéneo e oposto aos poderes instituídos.

Esta abordagem está, de alguma forma, presente no estudo pioneiro de Sedas Nunes (1968) sobre os estudantes universitários portugueses, num período em que as contradições do Estado Novo se tornavam cada vez mais manifestas e a contestação estudantil subia de tom. Mais tarde, o interesse público pelo poder transformador mas também pelos problemas sociais associados às faixas etárias mais jovens, em particular numa sociedade em acelerada mudança como a portuguesa, fez com que desenvolvessem, ao longo dos anos 80 e 90, várias caracterizações de índole quantitativa sobre a “condição juvenil” (Cruz, 1984), os jovens em Portugal — saliente-se o trabalho continuado entre o Instituto de Ciências Sociais e o Instituto Português da Juventude (AA. VV., 1988; Pais e Cabral, 1998; Figueiredo, Silva e Ferreira, 1999; etc.) — ou em áreas específicas, como o concelho de Loures (Almeida e outros, 1996).

Todavia, a tendencial abertura e pluralidade das sociedades na modernidade avançada, o reconhecimento da enorme diversidade de “culturas juvenis” — em articulação estreita com as condições e os contextos sociais em que se desenvolvem — e a inexistência de uma “consciência geracional” forte têm levado muitos sociólogos a relativizar o conceito de juventude no singular (Pais, 1993; Lopes, 1996). Neste quadro, têm ganho peso os estudos sobre determinadas práticas sociais associadas à juventude, como o *inter-rail* (Santos, 1999), o uso da noite (Sanchez e Martins, 1999) ou o voluntariado (Santos, 2002), sobre certas “tribos” juvenis que se destacam pelas suas formas artísticas e (sub)culturais (Santos e outros, 2003; Pais e Blass, 2004; Ferreira, 2007) ou

3 Tais movimentos políticos juvenis terão mesmo constituído objecto empírico para os principais estudos sociológicos que alguns autores associam à fase da institucionalização da sociologia em Portugal.

que partilham posições estruturais semelhantes, como os “estudantes universitários” (Machado, Costa e Almeida, 1989; Fernandes e outros, 2001; Almeida e outros, 2003), as “elites políticas juvenis” (Cruz, 1990) ou os “descendentes de imigrantes” (Machado, Matias e Leal, 2004). Inscrevem-se também aqui abordagens pioneiras e de referência para muitos dos estudos realizados em Portugal, como as de Gilberto Velho sobre os jovens de classe média da zona sul do Rio de Janeiro (1998).

A própria relação das identidades juvenis com as condições, experiências e projectos em contextos mais institucionais, como a escola e o trabalho, volta a ser enfatizada, contra a vertigem de conceber os jovens numa redoma de lazer, até porque em vez de se diluir, essa relação parece hoje mais difusa, complexa e problemática, contribuindo para a sua diversificação interna e prolongando, ou mesmo bloqueando, o processo de transição para a vida adulta (Guerreiro e Abrantes, 2004).

Diversos estudos sociológicos têm, na última década, vindo a relevar a vulnerabilidade acrescida de certos segmentos juvenis às dinâmicas de exclusão social, fenómeno que se tende a associar a alguns dos problemas sociais mais graves das sociedades actuais, como o desemprego, a pobreza extrema, o isolamento, a marginalidade, a criminalidade, o alcoolismo ou a toxicod dependência (Ferreira, 1999; Garcia e outros, 2000; MTS, 2000; Pais, 1999b e 2001; Carvalho, 2003). Estes trabalhos apontam, em geral, para a necessidade de políticas sociais mais incisivas e são, não raramente, incorporados e reinterpretados em debates públicos constantes, dando origem a processos de reflexividade cruzada característicos da modernidade avançada.

Além disso, o conceito de juventude surge cada vez mais embrenhado nos discursos e nos quotidianos das sociedades modernas, colado a processos simbólico-mediáticos de proporções globais. Por um lado, certos valores e práticas culturais mais cosmopolitas e liberais tendem a disseminar-se por — ou a perdurar nos — grupos etários mais adultos, assemelhando a juventude a uma ou a várias ideologia(s). Por outro lado, grupos financeiros e “indústrias do lazer” poderosos dedicam-se a produzir e a impor continuamente aos consumidores novos elementos de um estilo de vida juvenil, com ícones e linguagens próprias. Consequentemente, as culturas juvenis surgem hoje, sem uma parte do seu potencial disruptivo, profundamente mediatizadas, globalizadas, comercializadas e mesmo folclorizadas, como um produto de máquinas audiovisuais sofisticadas, que penetra fortemente no imaginário colectivo global, em grande medida, para estimular a necessidade de uma vasta gama de outros produtos. Neste sentido, alguns autores têm vindo a alertar para os perigos da individualização, “coisificação” (*commodification*) e privatização das experiências juvenis (Furlong e Cartmel, 1998) ou, em termos gerais, da definição de actores intensamente consumidores mas, cada vez mais, excluídos das esferas da produção e da cidadania (Harvey, 2001).

Como resultado deste fenómeno de fundo, em que a cultura e o comércio surgem profundamente entrelaçados, ser ou parecer jovem tornou-se, pois, um novo “ideal de vida” dominante, uma nova forma de capital, passível de se adquirir através de exigentes consumos e “tecnologias do *self*” e, assim, participar decisivamente nos mecanismos individuais de auto-reflexividade e de (re)construção identitária. Num jogo complexo entre biologia e ideologia, ser reconhecido como “jovem” constitui hoje uma raridade específica e que, em parte, se tem de comprar no mercado e incorporar quotidianamente através de um trabalho de (re)socialização permanente. Este processo não deixa de ocorrer num contexto de profundas desigualdades sociais, reforçando-as mesmo, ao convocar diversos tipos de capitais — económicos, culturais e sociais — e, deste modo, excluindo todos aqueles que não os possuem ou não estão em condições de os reconverter, inclusive uma parte daqueles que, paradoxalmente, pertencem às franjas mais jovens.

Em síntese, longe de se dissipar, o conceito de juventude torna-se cada vez mais polissémico. O seu papel nas dinâmicas de modernidade é tão central quanto ambíguo, ora se objectivando numa faixa etária específica, embora com limites muito variáveis e que tende a alongar-se no tempo, ora se apresentando, intersubjectivamente, como um ideal de vida. Os efeitos interaccionais dessa categorização convocam, a nível social, processos contínuos de dupla hermenêutica e, a nível pessoal, dinâmicas permanentes de (re)construção identitária, entre o biológico e o social.

Da não linearidade das transições para a vida adulta

Enquanto a categoria juventude é desafiada por diversas reflexões de índole sociológica, o conceito de “transição para a vida adulta” tem vindo a constituir-se como objecto de vários estudos, explorando-se os seus contornos dinâmicos, auto-reflexivos e multidimensionais. Se esta transição já constitui um tema clássico da antropologia das sociedades primitivas (ver, por exemplo, Van Gennep, 1960), na verdade este processo tende, nas sociedades modernas, a alongar-se no tempo, a desdobrar-se em várias dimensões e a complexificar-se, sendo palco de oportunidades várias mas também de riscos e vulnerabilidades particulares, sobretudo na transição dos sistemas educativos para o mercado de trabalho (Mauritti, 2002; Pais, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2004).

A passagem para a idade adulta apresenta-se, pois, como um trajecto socialmente construído, assente em campos de possibilidades específicos e enformado por histórias e projectos de vida que, sendo individuais, não deixam de reflectir uma série de dinâmicas sociais. Entre estrutura e acção, os indivíduos são confrontados com uma diversidade de opções e liberdades sem precedentes mas, também, obstáculos, limitações e estrangulamentos, potencialmente geradores de frustrações e desestruturações. Olhando mais de perto,

verifica-se que esta transição consiste num processo de reconstrução identitária, abrangendo uma panóplia de transformações que decorrem nas múltiplas esferas que compõem a vida dos indivíduos.

A transição para a vida adulta constrói-se, assim, em diversas transições, nomeadamente: fim do percurso escolar, entrada no mercado de trabalho, saída da casa paterna, experiência de conjugalidade e iniciação na parentalidade. De um modo geral tende-se a considerar este processo em cinco etapas, geralmente por esta ordem, como a situação ideal-típica de transição, completa e linear, para a vida adulta, transição esta que deve ser acompanhada por modificações complementares a nível dos valores e dos estilos de vida, por exemplo no assumir de determinadas responsabilidades que se sobrepõem a uma visão predominantemente hedonista do mundo.

Os dados recolhidos sugerem, todavia, que este padrão de transição para a vida adulta varia muito consoante os indivíduos e os contextos sociais em que eles se movem. Ou seja, verifica-se que: (1) cada uma das referidas etapas é vivida de modo diferente de acordo com as condições estruturais e as agências dos indivíduos, podendo ocorrer em diferentes momentos da vida; (2) as relações de interdependência e a sequência entre as diferentes etapas são, também elas, profundamente diversas e marcadas pelas posições estruturais e pelas disposições culturais dos jovens. Assim, no que concerne ao processo de transição para a vida adulta, assistimos a uma permanente tensão entre padrões de linearidade e de complexidade, acção individual e estruturas sociais (Guerreiro e outros, 2004).

Por um lado, as noções de linearidade e de continuidade biográfica encontram-se presentes nos discursos dos jovens e nos seus projectos de vida, particularmente entre os segmentos mais qualificados da população. Por outro lado, na confrontação com a realidade empírica verifica-se uma miríade de percursos possíveis de transição para a vida adulta, em muitos casos ocorrendo de forma não linear. Evidências empíricas, como o prolongamento dos ciclos educativos ao longo da vida, ao abandono escolar precoce, a precarização e flexibilização do mercado de trabalho, a diversificação das formas de conjugalidade ou a diminuição da taxa de fertilidade sugerem uma diversidade de trajectórias, sendo necessária uma observação mais atenta destes fenómenos para se compreender, na totalidade, os diferentes padrões de transição para a vida adulta.

Note-se ainda que, se esta multiplicidade de trajectórias é um traço de modernidade patente em diversas sociedades europeias, o caso português apresenta contornos particulares, resultantes das profundas mutações históricas nas últimas décadas e da sobreposição simultânea de camadas de modernidade e tradição, num contexto marcado pela fraca intervenção do estado, no que concerne aos apoios à transição para a vida adulta (Brannen e outros, 2002).

Um modelo bietápico: a idade certa

O processo de transição para a vida adulta organiza-se em torno da noção — socialmente construída — da existência de uma profunda linha divisória que separa a juventude da idade adulta, segundo aquilo a que chamamos uma transição a dois tempos, situação particularmente emblemática desta geração (Lewis e outros, 1999; Guerreiro e Abrantes, 2004).

Esta forma de organização da biografia individual é particularmente notória no que concerne ao processo de entrada na conjugalidade e na parentalidade. Por um lado, a juventude destaca-se enquanto época de experimentação hedonista, apropriada à manutenção de um ou mais namoros, com um grau diverso de seriedade, e de outras experiências relacionais, passíveis de diferentes classificações sociais. Entre conhecimentos transitórios, amizades e namoros, constrói-se um triângulo de continuidades relacionais facilmente transponíveis. Por outro lado, a idade adulta é vista como a fase da vida onde se deve ser responsável, “assentar” e constituir família própria. Subjacente está a noção de que existe uma “barreira psicológica” que divide a idade para a diversão e a experimentação da idade para assumir responsabilidades familiares e sociais. O matrimónio surge assim como um rito de passagem fulcral, que marca o final de uma certa forma de vida, por isso mesmo celebrado numa despedida de solteiro, ritual que assinala o fim de um ciclo fundamentalmente hedonista. Sendo esta uma tendência observada a nível europeu, surge particularmente vincada em países como Portugal, em que os jovens adiam a saída da casa dos progenitores, fazendo-a em geral coincidir com o início da conjugalidade.

Esta concepção dicotómica, amplamente difundida a nível do senso comum, tende a ser reproduzida por muitos dos jovens que entrevistámos, pelo menos no plano dos projectos de vida. Muitos adiam os seus projectos de conjugalidade e parentalidade, por motivos profissionais, académicos ou de estilo de vida, mas uma grande parte de entre eles tende a projectar no futuro o momento em que, finalmente, irão assentar. À vertigem de aproveitar ao máximo a juventude, enquanto estilo de vida e ideologia, segue-se a noção interiorizada do momento em que se irá mudar de vida, um futuro mais ou menos longínquo que é momentaneamente colocado “em suspenso” (Guerreiro e Abrantes, 2004; Guerreiro e outros, 2005), até que se desenhem possibilidades ou surjam circunstâncias propiciadoras de avançar mais alguns passos na transição para a condição de adulto, a qual, mais do que num momento específico, se concretiza através de um processo que cada vez mais se caracteriza por não ser nem linear nem irreversível.

De um ponto de vista da análise identitária este modelo bietápico dá importantes pistas, revelando a noção incorporada de continuidade biográfica e de projecto reflexivo de um *self* que é capaz de se visualizar a si próprio no futuro e de, até certo ponto, colonizá-lo, mas que adia mais ou menos conscientemente o

momento da reconstrução identitária (Hockney e James, 1999). Simultaneamente, a noção da “idade certa” é reveladora de uma construção social, muitas vezes reforçada e controlada na relação interpares, de categorias identitárias que tendem a surgir em *kits* identitários que agrupam o que é suposto fazer-se ou não se fazer em determinado momento.

Todavia, e não obstante a reprodução — a nível das representações — deste modelo bietápico, as vias de transição para a vida adulta são variadas e conjugam-se de distintos modos, traduzindo-se cada vez mais não em momentos específicos mas em processos e percursos reversíveis. É comum referir-se a diversificação das formas de conjugalidade na sociedade contemporânea, e a relativa perda de centralidade do matrimónio. Embora esta noção tenha sido por vezes exacerbada, é importante relevar a coexistência de diversos padrões alternativos de conjugalidade, envolvendo formas de coabitação não matrimoniais, conjugalidades dissociadas da coabitação, recomposições familiares resultantes de rupturas conjugais anteriores, bem como a formação de casais homossexuais. Todos estes processos têm ganho não só maior preponderância, como maior visibilidade e aceitação na sociedade contemporânea. A idade em que a primeira experiência de conjugalidade ocorre é também variável e fortemente condicionada em função do grupo social em análise, iniciando-se, nalguns casos, através de um período mais informal e de experimentações de vida a dois, porventura com parceiros diferentes, o que tende a protelar cada vez mais a idade de formalização do vínculo conjugal. No ainda breve trecho temporal decorrido desde a transição do milénio, na sociedade portuguesa, as idades quando do primeiro casamento passaram de uma média de 25,7 para 27,5 anos, no sexo feminino, e de 27,5 para 29,1 anos, no sexo masculino (INE, Indicadores Sociais, 2007).

No que diz respeito à parentalidade, assistimos não só a uma diminuição acentuada da taxa de fertilidade nas faixas etárias mais jovens, mas a um aumento da idade em que se tem o primeiro filho,⁴ ocorrendo este, muitas vezes, numa ocasião em que as demais transições para a vida adulta, designadamente o fim da escolaridade e a inserção profissional, estão já efectivadas. A idade modal a nível da taxa de fertilidade, situada nos 25-29 anos até ao ano 2000, deslizou rapidamente para os 30-34 anos. É de referir, todavia, que a idade de entrada na parentalidade é fortemente condicionada pela situação profissional dos jovens. De um modo geral, parecem ser os jovens mais qualificados aqueles que adiam a parentalidade por motivos profissionais ou académicos, considerando a estabilidade, a este nível mas também internamente ao casal, como um requisito prévio à maternidade e à paternidade. Os jovens menos qualificados tendem a ter os seus filhos mais cedo e num contexto de

4 A idade das mães quando do nascimento do primeiro filho passou de uma média de 26,5 anos em 2000 para 28,1 anos em 2006 (INE, 2007). Continuam a não ser publicados dados oficiais relativamente à idade do pai.

menor estabilidade, revelador de estratégias menos planeadas e de expectativas reduzidas quanto à possibilidade de, com as suas qualificações, virem a construir uma carreira profissional mais sólida (Guerreiro e outros, 2007). A este propósito vale a pena assinalar a persistência em Portugal de casamentos e parentalidades precoces entre os jovens de condições mais desfavorecidas, em contraste com as disposições dos jovens de contextos socioeconómicos mais favoráveis que, mesmo valorizando a constituição de família como futuro desejado, tendem a dilatar no tempo o período das experimentações afectivas, adiando significativamente a idade de “assentar”, casar e ter filhos.

O modelo bietápico que separa a juventude da idade adulta repercute-se por isso, também, na relação com o mercado laboral, separando o percurso educativo do momento de entrada no mercado de trabalho. Porém, como se verificará na próxima secção, também neste âmbito se assiste a uma pluralidade de situações, posições e disposições.

(Per)cursos inacabados

Outro traço inequívoco da juventude contemporânea, até pelo contraste com as gerações anteriores, diz respeito à centralidade e diversidade das experiências formativas. Não é por acaso que a sociedade contemporânea tem sido apelidada, por muitos dos seus pensadores, como a “sociedade do conhecimento”, relevando-se assim o papel central — em termos económicos e culturais — que este assume. Se a juventude emergiu, em grande medida, a partir da expansão e da massificação dos percursos de escolaridade, importa notar que nunca, como agora, a educação formal, ou a sua ausência, marcaram tanto os trajectos, os quotidianos e os projectos dos jovens portugueses.

E em vez de percursos coerentes, homogeneizados e delimitados no tempo, assiste-se hoje a uma panóplia enorme de experiências educativas, asseguradas pelo estado e pelo mercado, em modalidades muito diversas (cursos académicos, cursos profissionais, acções de formação, *workshops*, pós-graduações, estágios) e com uma relação muito variável com o mundo do trabalho, às quais se retorna frequentemente mesmo depois de iniciar a actividade profissional, por uma “disposição aprendente” e/ou por necessidades ditadas pela precariedade laboral, ambas as tendências em franca expansão.

Procurando recuperar um enorme atraso estrutural face às restantes sociedades europeias, assistiu-se nas últimas décadas à massificação dos sistemas de ensino secundário e superior e, conseqüentemente, a um crescimento exponencial, ainda que insuficiente, das qualificações educacionais e profissionais das gerações mais jovens (Almeida, Costa e Machado, 1994; Grácio, 1997; Sebastião, 1998; Figueiredo, Silva e Ferreira, 1999). Como mostra uma linha de estudos do CIES (Almeida, Machado e Costa, 1988; Machado, Costa e Almeida, 1989, entre outros), a experiência universitária deixou de estar

confinada a uma elite privilegiada e, mesmo mantendo uma base de recrutamento social claramente assimétrica, tem permitido a alguns segmentos da sociedade portuguesa a construção de trajectórias sociais ascendentes, de redes de sociabilidade mais heterogêneas e de novas estruturas de valores.

Associada a esta subida dos níveis de escolaridade, observamos que os jovens portugueses, em comparação com as gerações mais velhas, apresentam níveis superiores de literacia (Benavente e outros, 1996), posições socio-profissionais mais favorecidas (Costa e outros, 2000), hábitos de leitura mais assíduos (Lopes e Antunes, 2001), uma relação mais próxima com a ciência (Costa, Ávila e Mateus, 2002), uma maior sensibilidade às questões ambientais (AA.VV., 1988), maior penetração na sociedade em rede (Cardoso e outros, 2005), entre outros indicadores inequívocos de modernidade. Além disso, demonstram uma maior predisposição e abertura para aprender mais, confirmando o carácter cumulativo deste fenómeno.

Simultaneamente, a expansão e diversificação das oportunidades educativas conduz a um esbatimento das fronteiras entre estar dentro e fora do sistema educativo, gerando percursos sempre inacabados, consagrados no novo chavão “educação ao longo da vida”. A própria transformação das estruturas económicas faz com que os processos de especialização, a formação “no local”, os estágios mistos, a reconversão profissional e a actualização e reciclagem contínuas se assumam cada vez mais como centrais, e mesmo determinantes, para a sobrevivência das empresas, bem como dos jovens trabalhadores. Numa pesquisa recente (Guerreiro, Abrantes e Pereira, 2004), pudemos constatar a omnipresença das experiências e projectos formativos nos discursos quer dos dirigentes, quer dos jovens profissionais de diversas organizações, a nível europeu, ainda que atravessados por uma tensão relativamente a quem deve responsabilizar-se com a sobrecarga financeira e laboral que essas experiências de aprendizagem acarretam. Desta forma, a educação deixa tendencialmente de ser uma fase da vida, precedendo a transição para a vida adulta, para passar a ser uma dimensão permanente das biografias nas sociedades modernas, ainda que em intensidades e modalidades variáveis no tempo.

E se Portugal se singularizou pelo desinvestimento, quer das empresas, quer do estado, nos sistemas de formação profissional — notável, no período de expansão acelerada da escolaridade, quando na grande maioria dos países esses sistemas atingem a sua máxima expressão — é justo salientar que a formação profissional se desenvolveu consideravelmente nos anos 90, em parte com apoios da União Europeia (Azevedo, 2000), merecendo o reconhecimento da sua importância agora destaque nos discursos e percursos de muitos jovens, embora ainda sobretudo entre os inicialmente mal sucedidos nas vias mais académicas e gerais, como meio de “fuga ao desemprego” mas também aí identificando a via através da qual obtêm valorização social e profissional (Guerreiro e outros, 2006).

Por outro lado, a centralidade dos fenómenos educativos não deixa de se reflectir nos processos de exclusão social associados à persistência maciça de problemas como o insucesso cumulativo e o abandono precoce dos percursos de escolaridade por conjuntos amplos da população juvenil portuguesa. Segundo dados de 2006, 39,2% dos jovens de 18 a 24 anos não têm mais do que o 3.º ciclo do ensino básico e não prosseguem qualquer tipo de escolaridade, por contraponto a uma média de 15,2% na União Europeia dos 27. Entre os jovens de 20 a 24 anos contam-se 50,4% que registam uma escolaridade não superior ao ensino básico, quando a média europeia é de 22% (Eurostat, 2006). Mais grave, estes valores são significativamente mais elevados em certas regiões do país, classes sociais e grupos étnicos.

A este propósito, vários estudos sociológicos (Benavente e outros, 1994; Lopes, 1996; Garcia e outros, 2000) têm vindo a equacionar a dimensão maciça deste problema que, apesar das evoluções positivas ao longo das últimas décadas, ainda não está erradicado, relacionando-o com dinâmicas particulares da sociedade portuguesa, mas também do seu sistema de ensino rígido e selectivo, e constatando que as múltiplas políticas lançadas nestes campos ao longo dos anos e pelos diferentes governos têm obtido resultados apenas parciais. Com efeito, Portugal apresenta valores particularmente elevados de insucesso e abandono no interior dos vários ciclos de ensino — desde o básico ao superior —, o que sugere que a procura social demonstrada pelos jovens e suas famílias nem sempre tem correspondido a uma integração efectiva num sistema de ensino em que bastiões do anacronismo continuam a sustentar projectos de inovação.

As entrevistas realizadas a um número muito alargado de jovens confirmam que uma parte ainda muito significativa continua a não se integrar no sistema de ensino, acumulando reprovações e castigos, não encontrando sentido no trabalho escolar e deparando-se com dificuldades no lidar com situações e circunstâncias que acabam por se constituir em motivo e justificação para abandonarem a escola e ingressarem no mercado de trabalho o mais rapidamente possível, sem qualquer tipo de qualificações (Guerreiro e Abrantes, 2004; Guerreiro e outros, 2006; Guerreiro, Cantante e Barroso, 2007). Estes fenómenos de exclusão escolar precoce reproduzem e reforçam, em muitos casos, processos de exclusão das instituições e das competências modernas, reduzindo drasticamente o campo de possibilidades dos indivíduos e os processos de desenvolvimento de certas regiões e grupos sociais.

A expansão do universo educativo não apenas reflecte como reforça e legitima o cenário de transformações aceleradas, percursos não lineares e profundas desigualdades sociais que caracterizam, como temos vindo a referir, a juventude portuguesa contemporânea. Ou seja, ao permitir a um número crescente de jovens o acesso a uma série de recursos e oportunidades só existentes nas sociedades da modernidade avançada, não deixa de fazê-lo em condições que preservam ou mesmo reforçam processos graves

de exclusão social que atingem ainda segmentos muito consideráveis da população juvenil.

Precariedade e flexibilidade

Os processos de integração profissional são, actualmente, marcados por um processo paralelo de dilatação temporal. Com efeito, a entrada no mercado de trabalho corresponde, cada vez mais, não a um momento fixo na trajectória de vida de um indivíduo, mas a uma fase mais ou menos alargada, que vai desde os primeiros “biscates”, para alguns porventura ainda coexistindo com a inserção plena no sistema de ensino, até à obtenção de um primeiro contrato efectivo de trabalho, que possa permitir uma inserção laboral relativamente estável, ainda que este emprego a que se acede tenda cada vez menos a ser equacionado como o “emprego para toda a vida”. Entre estes dois extremos vai um longo *continuum* feito de inserções parciais e transitórias no sistema de emprego. A inserção inicial dos jovens no mercado de trabalho é, assim, marcada por processos de precarização e insegurança laboral, ocorrendo, de forma crescente, sob o domínio dos regimes informais ou semi-informais, sendo este dado transversal a quase todos os níveis socioqualificacionais, não obstante as suas especificidades.

No plano da inserção no mercado de trabalho, estudos realizados recentemente por investigadores do CIES (Guerreiro e outros, 2006; Guerreiro, Cantante e Barroso, 2007), a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (Censos, 1991 e 2001; Inquérito ao Emprego, 1998 a 2007), mostram que pouco menos de metade dos jovens (42%), entre os 15 e os 24 anos, continua a ter o trabalho profissional como o seu principal meio de vida, valor especialmente elevado na região Norte do país e que decresceu apenas ligeiramente nos últimos anos, embora tenha diminuído significativamente a actividade profissional dos jovens no segmento dos 15 aos 19 anos (de 36% para 20%). Dados da DGEEP indicam que estes jovens são quase todos (na ordem dos 90%) trabalhadores por conta de outrem e a tempo inteiro, confirmando a pouca penetração no mercado de trabalho português de novas modalidades laborais — que não a da flexibilização dos vínculos laborais (Dornelas, 2006), como adiante se verá — e a ainda pouca expressão da coexistência de duplas inserções, escolares e profissionais.

Os grupos socioprofissionais em que se enquadram estes jovens mostram bem a profunda heterogeneidade das condições juvenis no Portugal contemporâneo, visto que, se a maioria se integra em categorias profissionais dos serviços e administrativas (31,6%) e operárias (30,2%), um segmento muito significativo (25%), fazendo valer as suas qualificações escolares e académicas, pertence já ao grupo mais favorecido (dos dirigentes e quadros médios e superiores). À percentagem ainda residual de empresários (4,1%) contra-põe-se o aumento considerável dos profissionais intelectuais e científicos,

sobretudo do sexo feminino, sugerindo a permanência de um hiato relativamente ao perfil dos protagonistas dos mundos empresarial e científico-tecnológico, bem como a continuação, a nível das jovens gerações, das segmentações verticais e sectoriais, e do chamado fenómeno do “tecto de vidro”, do ponto de vista do género.

Note-se ainda que as taxas de desemprego juvenil duplicam as taxas de desemprego da população adulta e cresceram significativamente entre 1998 e 2007, alcançando o valor de 18,1% para os jovens entre os 15 e os 24 anos e de 10,5% para os de 25 a 34 anos (contra 11,6% e 7,1%, respectivamente, em 1998), percentagens ainda superiores no caso das raparigas. Apesar disto, poucos jovens portugueses referem receber subsídio de desemprego, resultado da instabilidade das suas inserções profissionais, precárias e pontuais, que lhes não conferem acesso a tal direito. Estes dados reflectem as dificuldades graves e crescentes de inserção das novas gerações no mercado de trabalho e a urgência de políticas sociais mais incisivas neste domínio.

Em termos de vínculos laborais, observa-se, a nível do emprego das gerações mais novas, até aos 34 anos, um claro aumento dos contratos a prazo entre 1998 e 2007 (de 19,5% para 28,1%, muito acima das médias para a globalidade da população (12,1% e 16,7%, respectivamente), embora os contratos permanentes continuem a dominar. Diversos estudos realizados sobre esta matéria sugerem a emergência de um mercado de trabalho em mutação, onde “o emprego já não é para toda a vida” e onde tendem a ocorrer modalidades de contratação que operam numa semi-ilegalidade, como é o caso do uso dos recibos verdes, do trabalho temporário e dos estágios não remunerados para preenchimento de postos de trabalho de tipo efectivo. Importa ainda referir que o emprego informal dos jovens em economias paralelas, estudado qualitativamente por Pais (2001), adquire também proporções muito significativas, cujo cálculo preciso se encontra ainda, em larga medida, por fazer.

Embora os processos de precarização sejam transversais a diversos segmentos de mercado, os dados recolhidos sugerem que se continuam a verificar diferenças significativas. O sector público continua a usufruir de determinadas regalias. Todavia, um estudo realizado no CIES (Guerreiro, Abrantes e Pereira, 2004) dava já conta do incremento da instabilidade nos empregos proporcionados por este sector, com a chamada “nova gestão do serviço público” (*new public management*), mais conhecida entre nós pelo processo de “modernização da administração pública”, do qual tem derivado a difusão dos contratos individuais de trabalho em serviços públicos e a anunciada alteração de trabalhador da função pública. Por outro lado, de um modo geral, pode-se afirmar que os segmentos de população mais qualificada, embora nos primeiros anos enfrentem também dificuldades no acesso ao emprego, tendem a construir uma carreira progressiva, enquanto nos sectores menos qualificados, se observa uma circulação mais prolongada entre empregos desfavorecidos, sem grandes oportunidades de progressão ou mesmo de estabilização da precariedade a eles inerente.

Este cenário de precarização e flexibilização do emprego — e particularmente os sentimentos de insegurança laboral — condiciona os demais projectos de vida dos jovens, nomeadamente a nível da estruturação da vida familiar e da entrada na parentalidade, dificultando o usufruto das licenças e outras regalias previstas por lei. Os casais protelam cada vez mais a decisão de ter o primeiro (muitas vezes o único) filho, sabendo, sobretudo as mulheres, o impacto que a maternidade tem na consolidação das suas carreiras profissionais. Simultaneamente, é nos sectores mais precarizados que a dificuldade de mobilização e contestação é maior. A este nível detectam-se profundas assimetrias entre (1) sectores de actividade (nomeadamente entre o público e o privado), (2) diferentes níveis qualificacionais e hierárquicos, (3) homens e mulheres. Em cada contexto laboral, os indivíduos agem de forma distinta, condicionados pelos seus campos de alternativas vigentes e pelo seu sentido subjectivo dos direitos (Lewis, 1998) enquanto trabalhadores.

Embora o discurso sobre a problemática da precarização seja apropriado e incorporado pelos jovens, e tomado geralmente num sentido negativo, os jovens tendem a integrá-lo nas suas próprias estratégias, fazendo-se valer de uma pluralidade de opções e apropriando-se, da forma mais vantajosa possível, de uma situação que, à partida, não lhes é favorável (Guerreiro e outros, 2006). Desta forma, em muitos casos, a informalização e a precarização são, também, manipuláveis pelos jovens. Isto é particularmente patente entre os detentores de níveis qualificacionais mais elevados, que associam a estes processos a ideia de flexibilidade, enquanto modelo de trânsito entre empregos. No entanto, também aqui, a ideia do modelo bietápico é uma realidade, já que muitos deles consideram que, a um período de instabilidade, se deverá seguir um outro que proporcione uma maior estabilidade, mais compatível com a constituição de uma família e a consumação de outros projectos, entretanto adiados.

A (re)construção das redes sociais

Nos últimos anos, a metáfora da rede assume um papel cada vez mais preponderante na produção sociológica (Castells, 2000; Wellman, 1998). A noção de rede, enquanto forma de relação e estruturação das relações entre indivíduos, grupos e instituições, permite, de forma feliz, explicitar dinâmicas de interdependência e interinfluência. Uma das principais mais-valias deste conceito tem sido demonstrar como os indivíduos se inserem em complexas redes de relações, ao invés de se enquadrarem em grupos fechados e predefinidos. A análise de redes ilustra, assim, a inserção múltipla e simultânea em diferentes esferas sociais, mais ou menos articuladas entre si.

Por seu turno, a transição para a vida adulta tende a ser também um processo de reconstrução de redes sociais. Se a juventude é habitualmente considerada como palco privilegiado para o estabelecimento de redes de sociabilidade

alargadas e de diferentes estilos de sociabilidade (Costa, 2003), a vida adulta caracteriza-se pela inserção em novas redes, nomeadamente de índole laboral, e pela reconfiguração das redes familiares. Desta forma, olhar a transição para a vida adulta sob o ponto de vista da reconstrução das redes sociais pode oferecer interessantes perspectivas sobre a circulação entre esferas sociais, que constitui a base dos momentos de mudança na biografia dos indivíduos.

A juventude — principalmente quando concebida numa vertente mais “ideologizada” — é imediatamente associada à questão da amizade. Ser-se jovem parece ser, por definição, ter-se muitos amigos, com os quais se realizam um conjunto de práticas de sociabilidade, consumo e lazer que são particularmente associadas a esta fase de vida, envolvendo simultaneamente a construção de espaços-tempos específicos de interação, e a produção paralela de valores, códigos de conduta e linguísticos. Também a escola é um importante palco para o estabelecimento de relações próximas. É ainda esta a fase de vida mais estreitamente associada à participação em associações e movimentos culturais e sociais, com uma forte vertente de sociabilidade. Note-se, todavia, que estas diferentes redes são cumulativas e encontram-se assimetricamente distribuídas no espaço social, reproduzindo e acentuando desigualdades muito significativas de recursos e oportunidades entre os jovens. Neste sentido, a juventude pode-se caracterizar também por experiências de isolamento, ligadas à ruptura de laços e anteriores integrações sociais.

Esta dimensão lúdica e/ou participativa parece muitas vezes ser posta de lado quando se atinge a vida adulta, principalmente após a inserção plena no mercado de trabalho ou a entrada na parentalidade, que implicam uma reorganização do quotidiano. Alguns dos jovens parecem sugerir que a inserção no mercado de trabalho implica o estabelecimento de relações mais de índole profissional que de amizade; e que a existência de filhos altera significativamente os padrões de sociabilidade, aproximando os jovens pais de outros jovens na mesma situação e afastando-os de algumas redes anteriormente partilhadas (Guerreiro e outros, 2006). Esta não é, todavia, uma questão consensual, podendo o desenvolvimento de mais estudos, especificamente na, muitas vezes injustamente esquecida, área da sociologia da amizade (Santos, 1989), fornecer mais dados sobre os diversos padrões de sociabilidade prevalentes ao longo do curso de vida. Alguns trabalhos entretanto realizados, também por equipas do CIES (Guerreiro, Mauritti e Henriques, 2007), mostram as diferenças operadas na constituição das redes de sociabilidade e solidariedade daqueles que já se autonomizaram das respectivas famílias de origem, por comparação com os jovens que ainda permanecem em casa dos pais.

Faz, assim, igualmente, parte do processo de transição para a vida adulta, a reconfiguração do habitat familiar, o abandono da casa dos pais — o que implicará um reajustamento relacional para com a família de origem —, e a constituição de casa própria e de um projecto individual de família. Em Portugal, a saída da casa dos progenitores tende a ser feita no momento do

casamento ou da coabitação. Apenas um número ainda reduzido de jovens sai de casa antes de casar para viverem sós, em comparação com uma percentagem altíssima noutras sociedades europeias (Vasconcelos, 1998; Guerreiro, 2003). Constrangimentos económicos, a falta de estruturas de apoio e uma reconstrução singular dos padrões culturais concorrem na explicação deste fenómeno (Guerreiro e Abrantes, 2004).

A relação com a família de origem é, assim, uma das dimensões em mutação na passagem para a idade adulta. Se, por um lado, a entrada na vida adulta é usualmente concebida como um progressivo processo de independência face à casa paterna, por outro lado, os estudos efectuados junto de jovens pais demonstram que a situação de jovem pai/mãe trabalhador(a) é tanto melhor vivida quanto maior apoio houver por parte dos seus progenitores, relevando-se assim a importância das redes de apoio familiar nos primeiros anos de parentalidade (Vasconcelos, 2002; Wall, 2005). Desta forma, a entrada na vida adulta é, com alguma frequência, acompanhada de uma nova relação de semidependência face à geração precedente, o que pode implicar a partilha de quotidianos e diversas estratégias que — na ausência de alternativas a nível das políticas públicas e face aos regimes de trabalho, atrás analisados — promovem a conciliação entre trabalho e vida familiar com base (também) nas redes de apoio familiares.

Projectos de estabilidade, trajectos de incerteza

Outro padrão que sobressai dos referidos estudos que temos vindo a realizar sobre os jovens portugueses no virar do século é o de uma certa contradição entre, por um lado, desejos crescentes, ou mesmo exigências, de planeamento, segurança e bem-estar do quotidiano e, por outro lado, percursos e experiências cada vez mais marcados pelo signo da imprevisibilidade, transitoriedade e não linearidade. Esta contradição só em parte é resolvida pelo designado “modelo bietápico”, sendo geradora de uma série de bloqueios e ansiedades na passagem para a vida adulta.

Contra a vertigem pós-moderna do nomadismo e da errância, as pesquisas têm mostrado claramente a predominância, entre os jovens, de uma ânsia de controlo e projecção sobre as suas vidas, contrastando aliás com a “urgência do imediato” que marcou as biografias e as formas culturais da esmagadora maioria da população até aos anos 70. As emergentes disposições nómadas e hedonistas parecem, pois, caracterizar uma minoria privilegiada da população ou estar confinadas a um período transitório que precede a assunção total das responsabilidades associadas à vida adulta.

A apologia das “condições indispensáveis” é muito frequente nos discursos dos jovens portugueses, quando questionados sobre os seus percursos de vida. Valores cada vez mais hegemónicos da modernidade como o bem-estar material, a responsabilidade e independência individuais, a maturidade

relacional ou a infância protegida são apresentados como requisitos necessários para realizar certos passos decisivos, como sair de casa dos pais, casar e, sobretudo, ter filhos. Estas são, pois, decisões projectadas pela grande maioria dos jovens, mas que se encontram, para muitos, suspensas (prolongadamente), à espera que as referidas condições sejam preenchidas. Esta preocupação parece particularmente vincada na decisão de ter filhos, outrora dominada pela imprevisibilidade e que, hoje, tende a ser reconfigurada, ao nível dos discursos, em termos de responsabilidade pessoal, planeamento familiar e protecção do bem-estar infantil. E não são raros os jovens que categorizam imediatamente como “inconscientes” todos aqueles que não se impõem a si próprios esses mesmos requisitos, o que atesta bem a rápida mudança nos padrões de expectativas e de auto-reflexividade operada em Portugal ao longo das últimas décadas (Cunha, 2000).

Obviamente, está longe de ser homogénea a distribuição pela população juvenil deste naipe de valores e, muito menos, das possibilidades objectivas de os alcançar. Se, em certos grupos e contextos, corresponde ao ensejo de não perder a qualidade de vida que lhes foi já proporcionada pelas suas famílias, noutros meios reflecte expectativas e oportunidades emergentes de segurança e bem-estar e, noutros ainda, ideais longínquos e inatingíveis face às duras contingências do quotidiano. Não deixa, contudo, de ser comum, entre aqueles menos escolarizados e que pouco investimento conseguiram fazer na sua formação, uma confrangedora dificuldade de formulação de objectivos e projectos face ao futuro, a par com uma acomodação a um ideal de emprego que, embora susceptível de satisfazer os consumos mais imediatos de um jovem que permaneça em coabitação com a família de origem, poucas garantias proporciona em termos de estabilidade e autonomia material, necessárias a um indivíduo adulto que venha a assumir responsabilidades familiares e parentais (Guerreiro, Cantante e Barroso, 2007). Ainda assim, relativamente a quadros teóricos que reificam contrastes de base classista entre escalas de valores, os dados empíricos parecem indicar que tais expectativas se encontram hoje, na grande maioria da população juvenil, bem mais próximas do que as probabilidades efectivas de as converter em práticas e modos de vida.

Existe, na verdade, um hiato claro entre estas ambições crescentes de segurança e as tendências identificadas no mercado de trabalho, para a mobilidade, a instabilidade e a precariedade. De acordo com uma tendência já referida atrás, o mercado de trabalho proporciona, actualmente, especialmente aos jovens, uma sucessão de experiências temporárias de emprego, subemprego e desemprego, geradora de trajectos profundamente incertos e imprevisíveis. Neste caso, os valores que lhes são exigidos, enquanto estratégia adaptativa, são a flexibilidade, a criatividade, a iniciativa, a aprendizagem contínua, a capacidade de metamorfose. É verdade que um segmento dos jovens trabalhadores se depara com oportunidades inusitadas de promoção económica e social, mas estão em geral associadas a exigências de grande

envolvimento, competição e pressão laborais. Em suma, a desregulação relativa do mercado de trabalho abre o campo de possibilidades mas também as margens de risco, sobretudo em economias semiperiféricas, frágeis e pouco competitivas, como a portuguesa actualmente.

É esta contradição entre expectativas e trajectos, reforçada por um estado-providência ainda incipiente em vários domínios, que conduz ao prolongamento do processo de transição para a vida adulta, objectivado na subida acentuada da idade média de saída de casa dos pais, de casamento e de início da parentalidade. Sendo um país marcado pelo casamento e parentalidade precoces até aos anos 70, como marcas de uma sociedade tradicional e católica, Portugal apresenta nos últimos anos taxas de nupcialidade (4,61%) e de divórcio (2,2‰) com valores muito próximos das médias europeias (4,88‰ e 2,0‰ respectivamente, na UE27), sendo a actual taxa de natalidade notavelmente baixa (10,0‰), mesmo relativamente às médias europeias (10,5‰). Acresce que nestas médias se incluem já as percentagens significativas, ainda que em decréscimo, de gravidez e casamento adolescentes, fenómenos em geral associados a segmentos da população portuguesa que têm permanecido à margem dos incrementos de bem-estar económico e dos fluxos de transformação cultural (Almeida, André e Lalanda, 2002).

Mesmo revelando disposições mais abertas e experimentais, por exemplo relativamente a sair de casa para viver com amigos ou com um companheiro conjugal, a verdade é que a tradição cultural e, sobretudo, a insegurança económica levam a que a maioria dos jovens portugueses permaneça em casa dos pais até uma idade cada vez mais avançada, vivendo num regime de *welfare family* (Pais, 2001) e saindo apenas na sequência do casamento (Vasconcelos, 1998). O facto de estes novos modos de vida reflectirem disposições culturais mais hedonistas e imediatistas ou, pelo contrário, crescentes exigências de planeamento e bem-estar, reforçadas pela incerteza no mercado de trabalho, anima um debate fértil entre investigadores.

Desregulação, diversidade cultural e desigualdades de oportunidades

Em suma, os estudos sociológicos recentes revelam uma mudança acelerada dos padrões de vida, trajectos e projectos dos jovens portugueses, no quadro de uma sociedade também ela em profunda transformação. Mas revelam igualmente as enormes diferenças e desigualdades das experiências e condições juvenis que persistem e até se reforçam no Portugal do início do século XXI, fazendo acordar os fantasmas da “sociedade dual” de que falava, nos anos 60, Sedas Nunes (1968). O retrato de fundo que se esboça é, pois, o de uma juventude marcada pela enorme diversidade das formas e disposições culturais, bem como por crescentes desigualdades de percursos e recursos, num quadro societal em que as redes da modernidade avançada coexistem

com universos de tradição e de exclusão, estimulado mas também desregulado pela abertura recente ao processo de globalização em curso.

A este propósito, os estudos posteriores confirmam, em traços largos, o diagnóstico realizado por João Sedas Nunes (1998) há alguns anos, segundo o qual, a par com um conjunto de traços geracionais, como a manutenção do primado da família, o declínio das práticas religiosas ou o descrédito e alheamento face à política, se descreve a juventude portuguesa como profundamente dividida entre um segmento tradicional, proveniente de origens sociais desfavorecidas e iniciando a vida activa numa idade precoce, que se caracteriza pela prevalência de modos de vida e sistemas de valores relativamente tradicionais, e um segmento “moderno”, em geral prolongando a sua condição estudantil, e que se define por estilos de vida mais cosmopolitas, maior diversidade de práticas culturais e relações afectivas, bem como sistemas de valores mais liberais.

Este quadro generalista não deve ocultar mas facilitar a exploração da enorme heterogeneidade de universos juvenis, que se encontram, se desencontram e por vezes se confrontam no caleidoscópio urbano. A disparidade de condições, práticas, estilos de sociabilidade, “formas de racionalizar a experiência” abre caminho a enormes riquezas culturais, mas gera também novos problemas de integração social, sobretudo quando associados a situações de dominação e de claras assimetrias de oportunidades e recursos.

Se uma parte dessas formas de expressão juvenis são hoje amplamente legitimadas e até valorizadas na sociedade, abrindo portas a modos de integração originais — em que a relação com a tecnologia é apenas uma delas —, outras existem que continuam a ser entendidas como marginais e ilícitas, gerando e reflectindo pânico morais e processos de discriminação e exclusão social nas várias esferas, da educação ao trabalho, da família às instituições públicas, e podendo bloquear ou mesmo desestruturar os percursos sempre complexos de transições para a vida adulta (Guerreiro e Abrantes, 2004).

Este diagnóstico de intensa diversidade cultural e enorme desigualdade social surge reflectido e reforçado nas formas de integração da grande massa de jovens imigrantes que tem chegado recentemente ao país, bem como já de forma crescente dos seus descendentes, inscritos em processos culturais, sistemas económicos e redes de sociabilidade que podem, ou não, acentuar a sua *etnicidade* (Machado, Matias e Leal, 2006).

Espera-se que as páginas anteriores tenham permitido concluir que das várias esferas da vida social — educação, família, trabalho, lazer — surgem hoje pressões efectivas para uma desregulação relativa das “experiências juvenis” que, se para uma parte privilegiada se convertem sobretudo em oportunidades originais de emancipação, para muitos outros significam apenas riscos reais de exclusão. Estas pressões para a desregulação e a exclusão são, em parte, potenciadas por desenvolvimentos globais (Beck, 1992), mas reflectem também a forma particular como a sociedade portuguesa se tem apropriado e

posicionado face a eles, o que é bem notório, por exemplo, na cristalização e até aumento de altíssimas disparidades em termos de qualidade de vida, rendimentos económicos e qualificações educacionais. A juventude é, pois, o espaço de (des)encontro destas tendências e descontinuidades. Um edifício com cada vez mais quartos, mas cujas portas se fecham a uma grande parte dos seus inquilinos.

Referências bibliográficas

- AA.VV. (1988), *Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais / Instituto Português da Juventude.
- Abrantes, Pedro (2003), *Os Sentidos da Escola, Identidade Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, Ana Nunes de, Isabel André, e Piedade Lalanda (2002), “Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal”, *Análise Social*, XXXVII (163).
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1988), “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, pp. 107-124.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, em António Reis (org.) *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Almeida, João Ferreira de, José Machado Pais, Anália Torres, Fernando Luís Machado, Paulo Ferreira, e João Sedas Nunes (1996), *Jovens de Hoje e de Aqui: Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Almeida, João Ferreira de, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana Martins, e Rosário Mauritti (2003), *Diversidade na Universidade. Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- Azevedo, Joaquim (2000), *O Ensino Secundário na Europa. O Neoprofissionalismo e o Sistema Educativo Mundial*, Porto, Edições Asa.
- Bebiano, Rui (2002), “Geografia instável de uma cultura juvenil de oposição”, *Estudos do Século XX*, 2, pp. 167-195.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications.
- Benavente, Ana (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa, e Patrícia Ávila (1996), *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.
- Benavente, Ana, Jean Campiche, Teresa Seabra, e João Sebastião (1994), *Renunciar à Escola. O Abandono Escolar no Ensino Básico*, Lisboa, Fim de Século.
- Brannen, Julia, Suzan Lewis, Ann Nilsen, e Janet Smithson (2002), *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge
- Cabral, Manuel Villaverde, e José Machado Pais (orgs.) (2003), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes perante o Corpo. Resultados de um Inquérito aos Jovens Portugueses em 2000*, Oeiras, Celta Editora.

- Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Maria do Carmo Gomes, e Cristina Palma Conceição (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.
- Carvalho, Maria João Leote de (2003), *Entre as Malhas do Desvio: Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências*, Oeiras, Celta Editora.
- Castells, Manuel (2000), *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Oxford, Blackwell.
- Costa, António Firmino da (2003), "Estilos de sociabilidade", em Graça Cordeiro, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Patrícia Ávila, e Sandra Mateus (2002), *Públicos da Ciência em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- Costa, António Firmino da, Rosario Mauritti, Susana Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- Cruz, Manuel Braga da (1984), "A condição social da juventude portuguesa", *Análise Social*, XX (81-82), pp. 285-307.
- Cruz, Manuel Braga da (1990), "A participação política da juventude em Portugal: as elites políticas juvenis", *Análise Social*, XXV (105/106), pp. 223-249.
- Cunha, Vanessa (2000) "O lugar da criança nas famílias portuguesas: uma análise sociológica da fecundidade", *Ciências Sociais — Famílias. Olhares interdisciplinares*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, UL.
- Dornelas, António (coord.): (2006), *Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho. Formulação de Políticas Públicas no Horizonte de 2013 — Relatório Final*, Coimbra, FEUC.
- Fernandes, António Teixeira, António Joaquim Esteves, Virgílio Borges Pereira, Eduardo Rodrigues, Alexandra Lopes, Ana Cláudia Albergaria, e Elsa Teixeira (2001), *Estudantes do Ensino Superior no Porto: Representações e Práticas Culturais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Ferreira, Pedro Moura (1999), *Desvio e Juventude. Causas Sociais da Delinquência Juvenil*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferreira, Pedro Moura (2002), "Juventude, gerações e valores", *Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 1, pp. 43-54.
- Ferreira, Vítor Sérgio (2007), "La politique peut-elle s'inscrire sur le corps? Body piercing et tatouage, entre expression et résistance d'un style de vie", em Marc Breviglieri e Vincenzo Cicchelli, *Adolescences Méditerranéennes: L'Espace Public à Petits Pas*, Marly-le-Roi, L'Harmattan.
- Figueiredo, Alexandra Lemos, Catarina Lorga da Silva, e Vítor Sérgio Ferreira (1999), *Jovens em Portugal: Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas, 1960-1997*, Oeiras, Celta Editora.
- Figueiredo, Eurico, Ernesto V. S. Figueiredo, e José Cunha Machado (2001), *Valores e Gerações: Anos 80, Anos 90*, Lisboa, ISPA.
- Furlong, Andy, e Fred Cartmel (1998), *Young People and Social Change: Individualization and Risk in the Late Modernity*, Buckingham e Filadélfia, Open University Press.

- Garcia, José Luís, Helena Mateus Jerónimo, Rui Norberto, e Maria Inês Amaro (2000), *Estranhos: Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.
- Grácio, Sérgio (1997), *Dinâmicas de Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, Educa.
- Guerreiro, Maria das Dores (2003), "Pessoas sós: múltiplas realidades", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 31-49.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Pedro Abrantes (2004), *Transições Incertas. Os Jovens Perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Guerreiro, Maria das Dores, Elsa Pegado, Sandra Mateus, Maria Abranches, Pedro Abrantes, e Inês Pereira (2005), *Os Jovens e o Mercado de Trabalho: Caracterização, Estrangulamentos à Integração Efectiva na Vida Activa e a Eficácia das Políticas*, Lisboa, CIES (relatório de pesquisa).
- Guerreiro, Maria das Dores, Elsa Pegado, Sandra Mateus, Maria Abranches, Pedro Abrantes, e Inês Pereira (2006), *Os Jovens e o Mercado de Trabalho. Caracterização, Estrangulamentos à Integração Efectiva na Vida Activa e a Eficácia das Políticas*, Lisboa, DGEEP (Colecção Cogitum, 18).
- Guerreiro, Maria das Dores (coord.), Frederico Cantante, e Margarida Barroso (2007), *Trajectos e Projectos de Jovens com Baixas Qualificações*, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Guerreiro, Maria das Dores, Pedro Abrantes, e Inês Pereira (2004), *Transitions, Case Studies Summary Report*, Manchester, Manchester Metropolitan University.
- Guerreiro, Maria das Dores, Rosário Mauritti, e Suzana Henriques (2007), *Jovens e Redes Sociais*, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Harvey, Jennifer (2001), "Citizens of the globe and aliens at home", comunicação apresentada na conferência *Global Youth? Young People in the Twenty-First Century*, University of Plymouth, 3-5 Setembro de 2001.
- Hockney, Jenny, e Allison James (1999), *Social Identities across the Life Course*, Basingstoke, Palgrave MacMillan.
- Instituto Nacional de Estatística (2007), *Indicadores Sociais — 2007*, Lisboa, INE.
- Lewis, Suzan (1998), "O sentido dos direitos a apoios para a conciliação entre trabalho e vida familiar", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27, pp. 27-39.
- Lewis, Suzan, Janet Smithson, Julia Brannen, Maria das Dores Guerreiro, Clarissa Kugelberg, Ann Nilsen, e Pat O'Connor (1999), *Futuros em Suspense: Jovens Europeus Falam acerca da Conciliação entre Trabalho e Família*, Lisboa, ISCTE.
- Lopes, João Teixeira (1996), *Tristes Escolas: Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano*, Porto, Edições Afrontamento.
- Lopes, João Teixeira, e Lina Antunes (2001) "Leitura e comunicação digital: o papel das bibliotecas públicas", *Boletim OBS*, 10.
- Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias, e Sofia Fontes Leal (2006), *Jovens como os Outros? Integração dos Descendentes de Imigrantes Africanos em Portugal (2003-2005)*, CIES-ISCTE, Lisboa (relatório final).
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, e João Ferreira de Almeida (1989), "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, pp. 189-209.

- Mauritti, Rosário (2002), "Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 85-116.
- Ministério da Educação, Estatísticas da Educação, *site* do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo do Ministério da Educação: <http://www.dapp.min-edu.pt/>.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000) *Crianças e Jovens que Vivem em Lar: Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Nunes, Adérito Sedas (1968), "As gerações na sociedade moderna", em *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Morais Editores.
- Nunes, João Sedas (1998), "Perfis sociais juvenis", em Manuel Vilaverde Cabral e José Machado Pais (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora/Instituto Português da Juventude, pp. 1-51.
- Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, José Machado (1996), "Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa: tradições e mudanças (1985-1995)", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 21, pp. 197-221.
- Pais, José Machado (1999a), *Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*, Oeiras, Celta Editora.
- Pais, José Machado (org.) (1999b), *Traços e Riscos de Vida: Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar.
- Pais, José Machado, e Leila Maria da Silva Blass (orgs.) (2004), *Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidades*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado, e Manuel Villaverde Cabral (orgs.) (1998), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora/Instituto Português da Juventude.
- Sanchez, Maria do Carmo Cabêdo, e Humerto Martins (1999), "Traços nocturnos: percursos juvenis na noite do Bairro Alto" em José Machado Pais (org.), *Traços e Riscos de Vida*, Porto, Âmbar.
- Santos, A. (1999), *Inter-Rail. A Odisseia em Comboio*, Oeiras, Celta Editora/Secretaria de Estado da Juventude (Coleção Estudos sobre Juventude, 4).
- Santos, Felix Requena (1989), *Amigos y Redes Sociales, Elementos para una Sociologia de la Amistad*, Madrid, CIS.
- Santos, Lurdes (2002), *O Voluntariado Jovem em Portugal: Perfil do Voluntário Jovem*, Lisboa, Instituto Português da Juventude.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, Vítor Sérgio Ferreira, Teresa Duarte Martinho, e João Sedas Nunes (2003), *O Mundo da Arte Jovem: Protagonistas, Lugares e Lógicas de Acção*, Oeiras, Celta Editora.
- Schmidt, Luísa (1985), "A evolução da imagem pública da juventude portuguesa, 1974-84", *Análise Social*, XXI (87/88/89), pp. 1053-1066.
- Sebastião, João (1998), "Os dilemas da escolaridade", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal. Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

- Vala, Jorge (coord.), Vitor Sérgio Ferreira, Marcus Eugêneo Lima, e Diniz Lopes (2003), *Simetrias e Identidades: Jovens Negros em Portugal*, Oeiras, Celta Editora/Instituto Português da Juventude (Coleção Estudos sobre Juventude, 8).
- Van Gennep, Arnold (1960), *The Rites of Passage*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Vasconcelos, Pedro (1998), "Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses" em José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral, *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora/Instituto Português da Juventude.
- Vasconcelos, Pedro (2002). "Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe", *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 507-544.
- Velho, Gilberto (1998), *Nobres e Anjos: Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Wall, Karin (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wellman, Barry (1998), *From Little Boxes to Loosely-Bounded Networks: The Privatization and Domestication of Community*, em <http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/littleboxes1/littleboxes1.pdf> (Abril de 2001)